

**XXXIX Encontro Anual da ANPOCS  
GT30 - Políticas Públicas**

**O DEBATE SOBRE A PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO  
BRASIL A PARTIR DA ANÁLISE DOS TRABALHOS  
APRESENTADOS NA ANPOCS: EVOLUÇÃO E DESAFIOS.**

Andréia Di Camilla Ghirghi Pires Sudano

Alessandra Guimarães Soares

Guilherme Efraim Vergili

CAXAMBU, MG

26 a 30 de Outubro de 2015

## **O debate sobre a pesquisa em políticas públicas no Brasil a partir da análise dos trabalhos apresentados na ANPOCS: evolução e desafios.**

Andréia Di Camilla Ghirghi Pires Sudano<sup>1</sup>

Alessandra Guimarães Soares<sup>2</sup>

Guilherme Efraim Vergili<sup>3</sup>

### **Resumo**

A partir dos anos de 2000, há uma expansão dos estudos sobre políticas públicas no Brasil. Tendo como principal característica seu aspecto multidisciplinar, esse campo de estudos é marcado por uma grande dispersão temática e dificuldade de consolidação. Assim, o objetivo desse trabalho foi compreender as mudanças e avanços ocorridos nestes estudos, a partir da análise dos trabalhos publicados por um dos principais encontros científicos do país, o Encontro Anual da ANPOCS. Para tal, levantaram-se os trabalhos publicados nos anais dos encontros oriundos dos grupos de trabalho sobre políticas públicas no período de 2002 a 2014. Foram analisados três eixos: a política e tema objeto de estudo pelos pesquisadores, a área acadêmica dos autores e as principais teorias utilizadas. Constatou-se que há uma predominância de *papers* de pesquisadores das áreas de Ciência Política e Políticas Públicas, voltados para a análise de apenas uma das fases do ciclo de políticas públicas e abordagens ancoradas nos teóricos da Ciência Política.

**Palavras Chaves:** políticas públicas; ANPOCS; política; pesquisadores; teorias.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos; andreiagpires@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos; aleguisoares@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos; efrainvergili@gmail.com.

## **Introdução.**

Sob o prisma da produção acadêmica, geração de conhecimento e a sua difusão entre áreas do conhecimento, nas últimas décadas observou-se um crescimento consistente no volume de estudos sobre Políticas Públicas no Brasil (Arretche, 2003; Souza, 2007; Marques, 2013). Os motivos para tal expansão são desde uma visão compartilhada, a partir da década de 1980, de que o Estado deveria adotar políticas focalizadas na resolução de problemas (Souza, 2007), até a necessidade de se conhecer os impactos e a operacionalização delas, causada pelas mudanças políticas e sociais na sociedade brasileira (Arretche, 2003). Esses estudos sinalizam haver um fortalecimento, ou pelo menos o aumento na visibilidade de uma subárea ainda recente dentro das Ciências Sociais.

A *policy science*<sup>4</sup> configura uma série de trabalhos acadêmicos que propõe uma nova forma de entender a ação do Estado na sociedade (Souza, 2007) que surgiu como um campo de estudo próprio nos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX. Os estudos desenvolvidos até então, ou debatiam a finalidade do Estado e como ele deveria funcionar, ou eram focalizados nas instituições de modo puramente descritivo, sem que os efeitos de suas ações na deliberação e formulação de políticas públicas fossem considerados (Howlett; Rames e Perl, 2013). Assim, ao focar nos problemas enfrentados pelo governo, emerge um novo campo de análise, no qual o saber científico é aplicado na resolução deles, naquilo que o governo faz de fato.

Em outras palavras, sob essa perspectiva, as políticas públicas passaram a ser vistas como uma réplica das escolhas feitas por um governo e a *policy science* como “a disciplina que se desenvolveu para esclarecer e informar essas escolhas, bem como avaliar o seu impacto final<sup>5</sup>” (Smith e Larimer, 2009: 9). Enquanto disciplina, a *policy science* teria como características fundamentais: o foco nos problemas enfrentados pelo governo; a multidisciplinaridade, no sentido de permear várias disciplinas capazes de oferecer subsídios para o enfrentamento desses problemas; a sofisticação metodológica e teórica, pois as ciências sociais auxiliariam o governo a tomar decisões mais eficazes, e esses problemas demandariam a compreensão de

---

<sup>4</sup> Também traduzido por alguns autores como Análise de Políticas Públicas, porém por questões conceituais, nesse texto, optou-se por manter a nomenclatura original.

<sup>5</sup> Tradução nossa.

relações entre causa e efeito por seus pesquisadores; e o valor orientado de que o seu objetivo final de estudo deveria ser sempre a maximização de valores democráticos (Smith e Larimer, 2009; Howlett; Ramesh e Perl, 2013; Marques, 2013).

Dada a alta complexidade da análise do processo de produção de políticas públicas, que envolve diversas questões - desde mapear os atores e como eles influenciam na produção de uma política pública até quais políticas são priorizadas pelo governo e como elas são formuladas e implementadas - um dos primeiros recursos teóricos e metodológicos empregados por seus analistas foi fragmentar os estudos das políticas em fases (Lasswell, 1956).

Essa estratégia de analisar as etapas (agenda, formulação, implementação e avaliação) parte da premissa de que todas as políticas tendem a passar pelos mesmos estágios, podendo estudá-las de forma isolada. A simplificação, por meio do estudo das etapas, também permitiu que o campo se desenvolvesse (DeLeon., 1999), gerando a posteriori tentativas de consolidação de modelos teóricos e metodológicos próprios. Uma perspectiva que dominou a agenda de pesquisa nos de 1960 e 1970, foram os estudos sobre políticas públicas centrados nas dinâmicas do processo decisório. Entretanto, foi só em meados da década de 1980 com o surgimento de outras perspectivas teóricas mais centradas na influência das ideias, da argumentação e da linguagem, que o campo ganhou novo fôlego.

Especificamente no Brasil, os anos de 1980 foram emblemáticos pois correspondem a um marco inicial para a literatura de políticas públicas, tendo como principal característica o seu aspecto multidisciplinar (Marques; Faria, 2013). Segundo Marques e Faria (2013), o campo de estudos sofreu uma dispersão temática que permaneceu, ainda, nas duas décadas seguintes. Assim, é somente a partir dos anos 2000 que uma série de publicações busca retomar a literatura da *policy science* a fim de indicar caminhos para a consolidação deste campo de estudos, a partir do aprimoramento de reflexões teóricas e metodológicas (Souza, 2007; Arretche, 2003; Marques e Faria, 2013).

Nos atendo agora apenas ao aspecto multidisciplinar do campo de estudo de políticas públicas, haveria, ainda, formas e perspectivas tão diversas nesses estudos que um cenário contundentemente generalista se desenhou. Segundo Smith e Larimer (2009), por serem tantas as áreas que focalizam o tema, a utilização de conceitos, teorias e metodologias tende a variar de acordo com a área do

pesquisador. Neste sentido, ao observarem a configuração desse campo de estudo, esses autores afirmaram que por não haver uma única disciplina acadêmica preocupada em explicar o que são políticas públicas, o termo “políticas públicas” acabou por se tornar muito mais um adjetivo de pesquisa do que um pronome em si (Smith e Larimer; 2009).

Contudo, como também destacado por esses autores, não pode ser ignorado o aumento de cursos de graduação e pós-graduação que tratam especificamente de políticas públicas. Passando da simples incorporação do tema na grade curricular, principalmente na ciência política, administração pública e economia; à criação de outros cursos com nomenclaturas próprias vinculadas a seu estudo. Assim como a realização de eventos, circulação de publicações, a configuração de uma indústria dedicada a produzir relatórios e recomendações e, ainda, *think tanks*, grupos de interesse e organizações não governamentais destinados a discutir políticas públicas. Sinaliza-se haver algum consenso de que as políticas incluem processos de escolha sobre as ações específicas empreendidas bem como sobre os resultados desejados, no entanto poderia haver modelos conceituais e metodológicos hegemônicos nesses estudos?

Em muito se é discutida a fragmentação intelectual desse campo de análise, de maneira tal que “grupos não conseguem concordar sobre o que eles estão estudando, dificilmente se conseguirá falar de maneira coerente” (Smith e Larimer, 2009: 6). O que demonstra uma considerável importância à elaboração, utilização e reconhecimento de premissas axiológicas próprias ao estudo de políticas públicas. Mas a aparente analogia de que se trata de uma “torre de babel”, na qual cada área possuiria linguagens próprias, não pode ser julgada como lei, uma vez que outros teóricos já apontaram que a multidisciplinaridade, enquanto elemento central da *policy science*, pode ser proveitosa.

Como apontado por Faria (2013), ao invés de se atentar para os aspectos negativos da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, pode-se aceitar e aproveitar suas potencialidades, pois “quase todo problema social ou político em múltiplos componentes que estão associados às várias disciplinas acadêmicas” (Faria 2013 *apud* Delon, 2006: 40-41). O que não restringe ao domínio dos saberes produzido pela área algo exclusivo a uma única disciplina. Diversas observações e enquadramentos teórico-metodológicos propiciam a construção de um debate mais

rico, atuando como um "(...) veículo para produzir sinergias no conhecimento existente, para a criação de novos *insights* relativos aos fenômenos sociais e políticos" (Kelly, 2009 *apud* Farias, 2013: 18).

Nessa perspectiva, este trabalho reconhece que a realização de eventos, grupos de discussão, fóruns, encontros, entre outros espaços de discussão acadêmica; colaboram para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa, arcabouços teóricos e metodológicos próprios bem como expressam o potencial interdisciplinar do campo. Assim, o objetivo é compreender as mudanças e avanços ocorridos no estudo de Políticas Públicas no Brasil a partir da análise dos trabalhos submetidos a um dos principais Encontros Científicos das Ciências Sociais: o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós- graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS.

Entende-se que esse trabalho pode auxiliar na compreensão sobre a evolução das pesquisas em Políticas Públicas no país, uma vez que este evento corresponde a um espaço de difusão e disseminação do conhecimento produzido por pesquisadores de diversas áreas das ciências sociais; sendo um importante repositório para mapeamento das discussões e dos avanços obtidos em determinadas linhas teóricas. Ao todos foram analisados os 127 trabalhos completos publicados em anais durante o período de 2002 a 2014<sup>6</sup> nos grupos de trabalho (GTs) de políticas públicas da Reunião Anual da ANPOCS. A partir de uma análise de conteúdo, foram analisados três eixos: a política e tema objeto de estudo pelos pesquisadores, a área acadêmica dos autores e as principais teorias utilizadas.

Deste modo, esse trabalho, ainda, pode proporcionar uma reflexão sobre aquilo que recentemente foi produzido por esse GT, bem como a divulgação e circulação de conhecimentos, conceitos e discussões da área. A próxima seção deste trabalho apresenta o estudo em políticas públicas a partir da configuração da *policy science*, mas também retoma como as três grandes áreas das ciências sociais focaliza o tema. Segue-se com uma discussão da metodologia empregada na análise do referido GT, seus resultados e considerações finais.

---

<sup>6</sup> Os artigos estão disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico da ANPOCS: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=435&Itemid=77](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=435&Itemid=77)>

## 2. Contribuições das Ciências Sociais para o desenvolvimento do campo de políticas públicas .

Os estudos de política pública caracterizam-se pelo seu aspecto multidisciplinar, (Marques e Faria, 2013). Entre as diversas áreas que contribuem para o campo encontram-se a Administração Pública, Antropologia, Ciência Política, Direito, Psicologia Social, Relações Internacionais, Sociologia, entre outras. As duas principais áreas em termos de contribuição analítica são Ciência Política e a Sociologia (Marques e Faria, 2013).

No caso da Ciência Política, Marques (2013), ao mapear os referenciais teóricos desenvolvidos por essa área para analisar as políticas públicas, trás um histórico dos principais autores que contribuíram para a fundação dos estudos de políticas públicas, que iniciaram no interior do behaviorismo e no campo da teoria das organizações e sofreram várias guinadas ao longo das décadas de 1970 e 1980. Dentre as principais teorias que conformaram os estudos, podemos citar: ciclo de políticas públicas, teoria dos sistemas, incrementalismo, “modelo da lata de lixo”, implementação, análise de redes (*policy networks*), *policy communities*, neoinstitucionalismo, especialmente o histórico e as teorias sintéticas<sup>7</sup>. No entanto, embora a ciência política seja o berço dos estudos sobre políticas públicas, algumas destas se consolidaram enquanto teorias próprias das Políticas Públicas, conforme apresentado pelo artigo seminal de Souza (2007)<sup>8</sup>.

Para Marques (2013), desses referenciais, o neoinstitucionalismo pode ser entendido como a perspectiva teórica que mais tem obtido destaque na literatura nacional nas últimas décadas, com vários autores focando suas análises na importância das instituições no processo de produção de políticas. Por fim, esse autor aponta três

---

<sup>7</sup> Entende-se por teorias sintéticas os modelos teóricos de Múltiplos Fluxos, desenvolvido por Kingdon (1995); Equilíbrio Pontuado, de Baumgartner e Jones (1993); e Coalizões de Defesa de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), pois procuram condensar vários elementos que influenciam as políticas públicas, sendo eles: as instituições, redes, processos socioeconômicos e o papel das ideias e significam uma tentativa de constituição e consolidação de arcabouços próprios a análise de políticas (JOHN, 2003).

<sup>8</sup> De acordo com Souza “Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro ‘pais’ fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, Laswell introduz a expressão *policy analysis* de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico e acadêmicos com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas grupos de interesse e governo” (SOUZA, 2007: 67). Nesse sentido, entendemos que os estudos desses autores conformam a área de políticas públicas e não da Ciência Política. Assim, nesse trabalho, consideramos que os seguintes estudos enquadram-se no campo de políticas públicas: redes sociais, ciclo de políticas públicas, incrementalismo, “modelo da lata de lixo”, implementação, análise de redes, *policy communities* e as teorias sintéticas: múltiplos fluxos, coalizões de defesa e equilíbrio pontuado.

fronteiras importantes para o desenvolvimento analítico da área: aproximação com estudos sobre processos legislativos; estabelecimento de mecanismos concretos que viabilizem compreender os efeitos das instituições sobre as políticas; e o entendimento mais efetivo do funcionamento do Estado na implementação dessas políticas, bem como dos atores envolvidos nesse processo.

Já Cortes (2013) aponta algumas contribuições que a Sociologia tem oferecido para a análise de políticas públicas, sendo a principal os recursos teóricos que enfatizam os processos, atores e organizações. Ou seja, as abordagens sociológicas (tradição racional/utilitária) buscam analisar ou prever o comportamento dos atores estatais e sociais (da sociedade civil e de mercado), com ênfase para os modelos que atribuem relevância ao autointeresse como mola propulsora da ação. A Sociologia Política também têm destacado o papel dos atores na produção de políticas públicas, principalmente daqueles que agem na esfera política. Os estudos de redes sociais, similares às ideias de *policy networks* e *policies communities*, também são privilegiados pela Sociologia, o que importa dizer que a centralidade permanece nos atores, agora tidos como uma rede de indivíduos ou grupos que se relacionam de forma constante (Cortes, 2013).

Apesar do foco se concentrar nos atores, não significa que as instituições tenham seu papel relegado nas análises sociológicas, que também são objeto de estudo da Sociologia, a exemplo das contribuições feitas a partir da abordagem do neoinstitucionalismo sociológico. Muito embora não sejam delineados modelos teóricos, como os apresentados pela Ciência Política, a Sociologia - ciência social que originou as demais, como afirmado por Cortes (2013) - têm auxiliado no desenho de políticas, fornecendo subsídios tanto para a análise quanto para a gestão de políticas públicas.

A Antropologia, por outro lado, tem um enfoque diferenciado do objeto de pesquisa, devido a longa tradição de estudos etnológicos, como a ciência do observado (Leirner, 2013, *apud* Levi-Straus, 1974) que atribui significações distintas das demais ciências sociais no entendimento do Estado e sociedade e da relação entre eles. Em estudos sobre sistemas políticos africanos, na chamada antropologia africanista, o Estado era visto através de parentescos consanguíneos e rituais sagrados, apontando para uma política tida “primitiva”. Através das contribuições trazidas por E. Leach



(1997 [1954]), consolidou-se a ideia de política como meio da tensão entre modelos e processos decisórios.

Na década de 1950, o Estado passa a ser interpretado por meio de relações de dominação e desestabilidade nos sistemas sociais, nos quais os conflitos e transformações são contrapostos a modelos tradicionais como levantado por Gluckman (1963) e Sahlins (1990). Entretanto, foi nos anos 1960, com o começo de uma profissionalização da antropologia, que se inicia uma profunda crítica a sobreposição de conceitos ocidentais a outras realidades socioculturais. Com isso, os pesquisadores da área relativizaram os conceitos presentes até a atualidade, inclusive sobre aspectos generalistas e universais sobre o Estado e a sua ação.

Mas Leirner (2013), ao apontar os caminhos trilhados pela antropologia brasileira, afirma que ela já nasceu política na medida em que o papel do Estado na vida das pessoas passa a ser alvo de estudo. Durante os anos de 1970, a área problematizou a formação do Brasil. Na década seguinte, houve uma abordagem centrada nas pessoas que são atingidas pelas políticas públicas. Têm-se, assim, estudos focalizando questões como: pobreza, minorias e exclusão social; e outros centrados no reconhecimento de identidade(s) e seus múltiplos impactos sociais. Mas, na década de 1990, surgem estudos sob o ponto de vista de “dentro do Estado” ou em setores dele, sobressaltando análises de processos políticos, sobre a burocracia e do funcionamento estatal.

Observa-se a contribuição metodológica da Antropologia a partir de estudos etnográficos que buscam o entendimento das relações entre as políticas públicas e os cidadãos por elas impactados. No entanto, Leirner (2013) não aponta teorias específicas da Antropologia aplicadas ao campo de políticas públicas.

Em relação à contribuição da Administração Pública para o campo de Políticas Públicas, Farah (2013) argumenta que ambas as áreas são multidisciplinares e apresentam "(...) um convívio desarticulado de referenciais teóricos, sem o diálogo entre as diferentes perspectivas" (Farah, 2013: 122). No entanto, mesmo com essa fragilidade, a autora ressalta as seguintes contribuições de temáticas e abordagens da administração pública para o estudo de políticas públicas no Brasil: descentralização, participação, *accountability* e controle social. Somam-se, ainda, subsídios de teóricos internacionais relacionadas ao processo de políticas públicas, considerando atores e processos decisórios, e estudos com ênfase no aspecto organizacional, tais como: discussões sobre

o perfil e papel do Estado, relações intragovernamentais e interorganizacionais e outros aspectos de gestão.

Em suma, Marques e Faria (2013) demonstram que houve uma dispersão tanto temática quanto teórica no campo de políticas públicas, o que trouxe um crescimento nos estudos que buscam compreender o processo de produção de políticas públicas, em especial a partir da década de 1990 no Brasil. Os estudos não se encontram restritos apenas as disciplinas fundantes da área, como a Ciência Política, ao contrário, são diversas as áreas do conhecimento que têm contribuído para a consolidação do campo de políticas públicas, que cada vez mais tem se mostrado transdisciplinar e por essa razão precisa de um olhar que busque verificar como cada disciplina vem colaborando com a construção desse campo.

Parte-se, a princípio, do pressuposto, que as teorias não são excludentes, mas sim complementares, de forma que analisar como as diversas disciplinas têm trabalhado auxilia não só na compreensão do fenômeno político, mas também permite ampliar a visão das várias formas de análise das ações do Estado. Nesse sentido também caminha essa proposta, que ao verificar a temática, a área acadêmica e as principais teorias dos trabalhos aprovados no GT de políticas públicas da ANPOCS, busca trazer novas luzes sobre como o campo têm se desenvolvido na última década.

### **3. Metodologia.**

Para a realização da pesquisa foram levantados os *papers* publicados nos anais dos encontros nacionais da ANPOCS oriundos dos grupos de trabalho (GT) sobre políticas públicas, que se encontram disponíveis em repositório público (página eletrônica da Associação). Optou-se por selecionar a ANPOCS para tal pesquisa por seu caráter multidisciplinar e por corresponder a um dos principais fóruns de discussão e disseminação do conhecimento sobre ciências sociais no Brasil, permitindo, assim, verificar as diferentes áreas com agenda de pesquisa em políticas públicas.

O GT sobre políticas públicas faz parte do encontro anual desde a sua sexta edição, em 1982, entretanto, um primeiro levantamento dos trabalhos demonstrou sua irregularidade, sendo que entre os anos de 1996 e 2001, por exemplo, não houve GTs desta temática. Considerando esse intervalo, bem como algumas indicações teóricas (Arretche, 2003; Souza, 2007) que corroboram com o entendimento que a expansão de

pesquisas ocorre no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000, foram selecionados os trabalhos completos publicados nos anais do evento durante o período de 2002 a 2014. O que fez o número de artigos analisados variar entre 0<sup>9</sup> a dezesseis artigos publicados por ano, totalizando cento e vinte e sete trabalhos.

A partir do material coletado<sup>10</sup>, foi realizada uma análise de conteúdo para avaliar três eixos: as políticas setoriais objeto de estudo pelos pesquisadores brasileiros, a área acadêmica dos autores dos *papers* e as principais teorias utilizadas.

O primeiro indicador permite verificar o desenvolvimento das pesquisas em políticas públicas, principalmente quais políticas setoriais têm sido foco dos estudos. Foram identificadas dezenove políticas setoriais. Além destas, para textos teóricos que não trataram de política específica, criou-se a categoria "não definido" (ND). Ressalta-se que se um artigo apresentou um estudo sobre mais de uma política, todas foram consideradas, sendo que um mesmo artigo pôde resultar em mais de um dado para a presente pesquisa.

O segundo indicador auxilia a mapear como o campo de estudos de políticas tem se expandido e quais as áreas estão se apropriando dele. Para tal, foi identificada a área de doutoramento do primeiro autor de cada artigo a partir da consulta ao Currículo Lattes do pesquisador. E nos casos em que este não foi localizado, realizou-se busca por meio eletrônico de outro currículo público do pesquisador. Obteve-se, assim, uma amostra com cento e vinte e sete dados, distribuídos em quinze áreas de formação.

No terceiro eixo, analisaram-se quais as abordagens teóricas vem sendo empregadas no estudo de políticas públicas, visando apresentar um panorama dos recursos teóricos utilizados nas discussões da área. Para tal, foram destacados os principais arcabouços teóricos utilizados nos artigos levantados e como referência para sua classificação, utilizou-se como base Souza (2007) e a coletânea de Marques e Faria (2013). No caso do artigo apresentar mais de uma teoria como referência da análise, o critério utilizado foi o mesmo do primeiro indicador, ou seja, todas as teorias foram identificadas<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Nos anos de 2004 e 2013 não houve GT de políticas públicas.

<sup>10</sup> Os trabalhos disponíveis online nos anais do evento possuem uma periodicidade maior a partir de 2002. Anteriormente a isso estão disponíveis apenas os anos de 1982 a 1995, contudo comumente podem ser encontrados arquivos corrompidos ou inexistentes.

<sup>11</sup> Por opção metodológica, criou-se, ainda, a categoria "não definidos". Dois artigos foram classificados nela.

As trinta e nove teorias identificadas foram, ainda, agrupadas em seis grandes disciplinas: administração pública, ciência política, sociologia, antropologia, economia e área setorial. Enquanto "área setorial" entende-se àquelas relacionadas a outras áreas da ciência vinculadas à política pública setorial estudada (por exemplo, teorias sobre educação em tempo integral ou sobre sistemas de saúde).

O exercício de categorização foi influenciado pela interpretação de cada um dos autores dos *papers* analisados, o que, em nosso entendimento, não compromete o objetivo maior de apresentar e discutir como o conhecimento produzido por diferentes disciplinas das ciências sociais têm contribuído para os estudos de políticas públicas. Por fim, os dados foram submetidos a uma análise quantitativa (descritiva), a partir do cálculo das frequências relativas em cada categoria e, no caso da discussão sobre as teorias, a frequência relativa por ano. Na última seção, faz-se uma discussão dos resultados obtidos com a literatura de referência apresentada.

#### **4. Resultados**

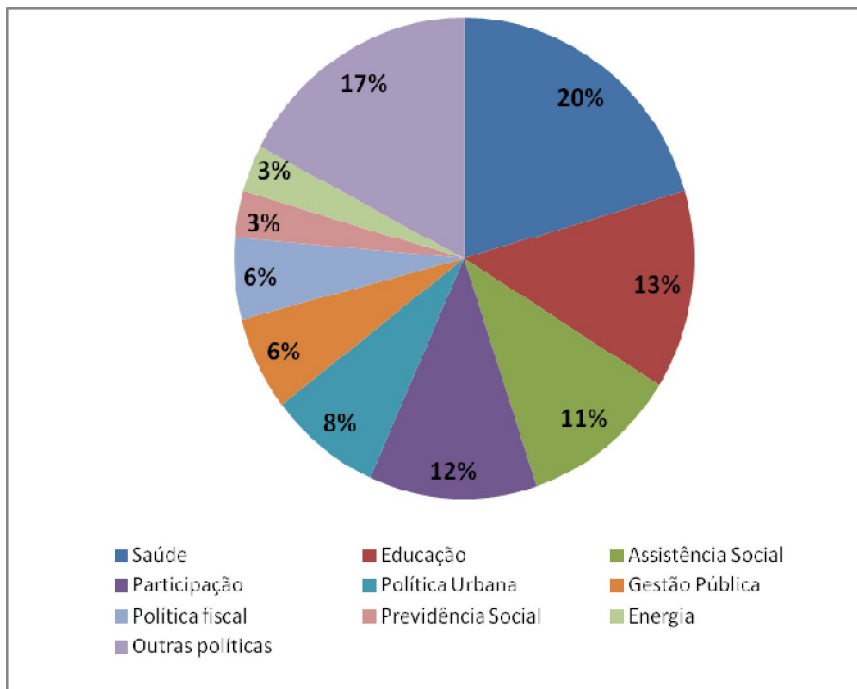
Apresentamos inicialmente as áreas setoriais estudadas nos artigos. Do total de artigos analisados (N=127), vinte e dois (17%) trataram de estudos genéricos ou teóricos que não se restringiram ao estudo de políticas específicas, sendo excluídos das análises apresentadas a seguir. Nos demais cento e quinze artigos, foram identificadas dezenove políticas, sendo as de maior frequência: saúde (20%), seguida por educação (13%), participação<sup>12</sup> (12%) e assistência social (11%).

Na figura 1 é apresentada uma análise da frequência relativa das quatro políticas públicas com maior número de trabalhos publicados ao longo do período estudado. Observa-se o crescimento dos artigos sobre a política de assistência social entre os anos de 2005 e 2009, assim como os de educação entre os anos de 2005 e 2012. Saúde também apresentou uma tendência de crescimento. Já nos trabalhos sobre participação houve um declínio a partir de 2005.

---

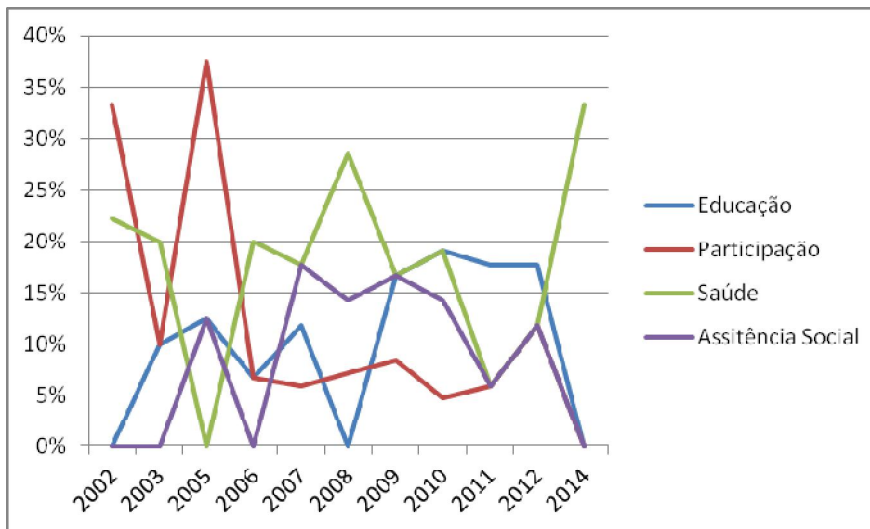
<sup>12</sup> Este trabalho considerou a participação enquanto política pública, conforme defendido por Brasil (2013, p.60): "a agenda de pesquisa sobre a participação institucionalizada adota como objeto de estudo uma série de políticas públicas sem entendê-las como tal. Isso quer dizer que, ao tratar da institucionalização dos Conselhos na CF/88, ou da criação e difusão dos Orçamentos participativos entre os anos de 1990 e 2000, o foco reside na análise da efetividade dessas instâncias e na defesa de seu surgimento como uma conquista da sociedade. Entretanto, características próprias do campo das políticas públicas, como o processo de inserção na agenda governamental e sua conseqüente formulação, apesar de terem sido tratadas, em parte, pela literatura tradicional, deixaram questões e problemas ainda não totalmente esclarecidos."

**Figura 1- Políticas públicas por área setorial.**



Fonte: dados compilados pelos autores.

**Figura 2- Distribuição das publicações sobre as políticas setoriais por ano.**

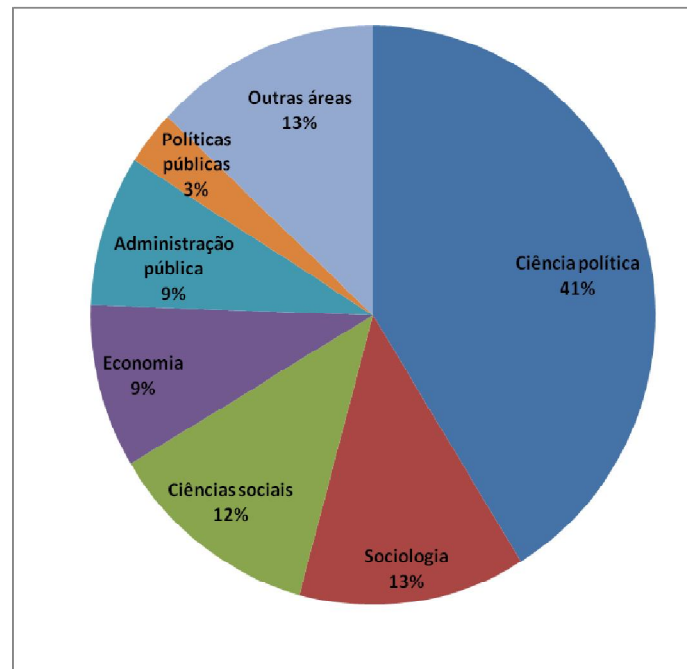


Fonte: dados compilados pelos autores.

Os autores dos *papers* possuem formação acadêmica diversificada, conforme apresentado na figura 3. Foram identificadas quinze áreas distintas, com predominância da Ciência Política, que representou 41% do total. Destacam-se, ainda, a Sociologia

(13%), as Ciências Sociais (12%), Política Social (9%) e Administração Pública (8%). Outras áreas como Ciências Humanas; Estudos do desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional, Ciências da Saúde, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Política Social, Antropologia e Administração apresentaram-se em menor proporção<sup>13</sup>.

**Figura 3- Área acadêmica dos autores dos artigos.**



Fonte: dados compilados pelos autores.

Por fim, em relação às teorias utilizadas, observou-se que cerca de metade são oriundas do arcabouço teórico da Ciência Política. Nesta categoria destacam-se estudos fundamentados em teorias do federalismo (19%), do neoinstitucionalismo (15%) e teoria democrática (5%).

A segunda área é a de políticas públicas (26%) com estudos predominantes em participação (7%), implementação de políticas (6%) e redes de política (5%). Houve estudos que utilizaram-se das teorias sintéticas, no entanto, estes representaram 3% dos artigos analisados (total de seis trabalhos).

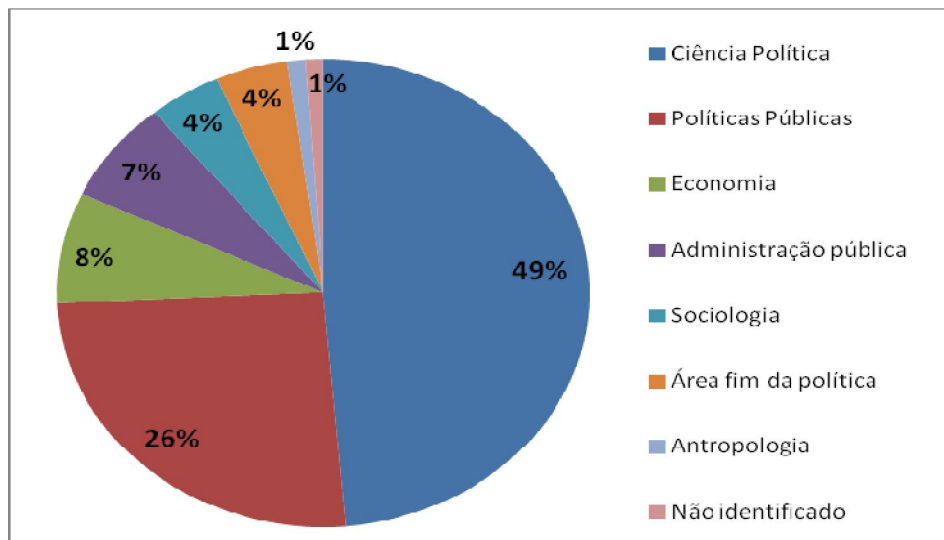
A seguir, estão representadas as análises fundamentadas na economia (8%) e na administração pública (7%). Neste último caso, os artigos envolveram discussões sobre

<sup>13</sup>A frequência destas áreas foi igual ou inferior a 2%. Na figura 3 estas foram apresentadas enquanto "outras áreas".

instrumentos de gestão, tais como contratualização de resultados, discussões sobre reforma administrativa, teoria das organizações, entre outros. Como exemplos podemos citar o trabalho de Loureiro (2012)<sup>14</sup>, que debate as reformas na previdência a partir de reformas administrativas e do neoinstitucionalismo histórico; Frey (2008) sobre governança; e de Coelho, Daim e Pedrosa (2014) que, por meio da literatura de reformas administrativas, gestão pública e contratualização de resultados, buscaram entender a contribuição da contratação indireta para o bom desempenho do sistema público de saúde.

Já os trabalhos centrados em teorias econômicas não se distribuíram regularmente no período analisado, sendo que a maioria destes foram publicados até 2007, conforme indicado na figura 5. Nesta categoria, encontram-se trabalhos que discutem reformas da previdência a partir da discussão sobre o Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*), como é o exemplo de Barbosa (2006)<sup>15</sup> e Silva (2006); e estudos como o de Carneiro e Souza (2006) que parte de uma discussão sobre o Utilitarismo (Sidgwick, 1987 *apud* Carneiro e Souza, 2006) e de Justiça Social (Raws, 1981 *apud* Carneiro e Souza, 2006) para discutir políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência.

**Figura 4- Distribuição das teorias por disciplina das Ciências Sociais.**

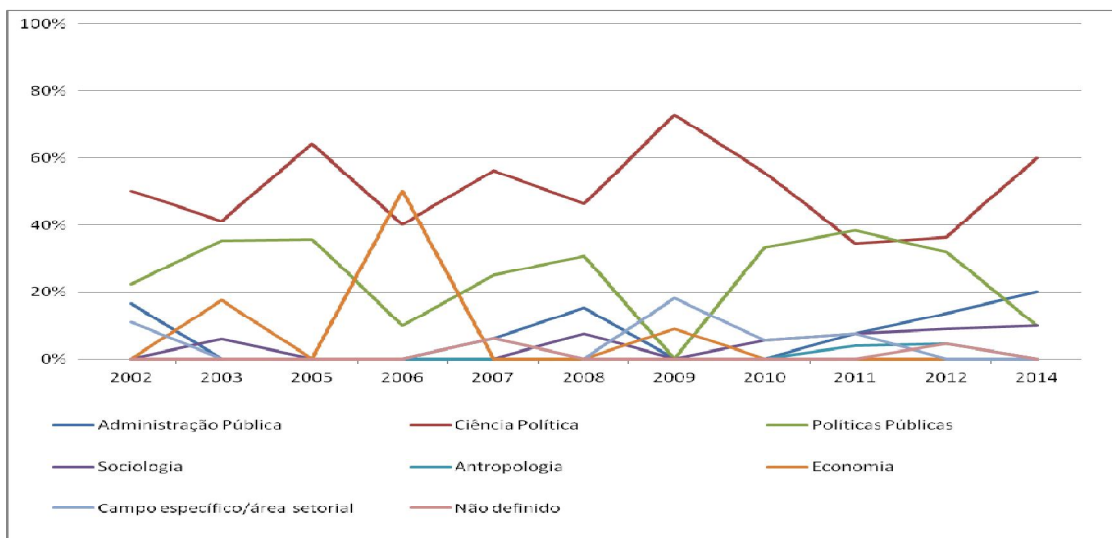


Fonte: dados compilados pelos autores.

<sup>14</sup> Os trabalhos citados podem ser conferidos no anexo 1.

<sup>15</sup> Os trabalhos citados podem ser conferidos no anexo 1.

**Figura 5- Frequência das teorias por disciplina ao longo dos anos.**



Fonte: dados compilados pelos autores.

A combinação entre teorias de diferentes áreas também foi observada, 44% dos trabalhos foram classificados como tendo mais de uma teoria empregada no *paper*. Kerbay (2002)<sup>16</sup>, por exemplo, combina literatura de federalismo e de política brasileira (em especial sobre a formação de elites políticas) com discussões sobre governança e *accountability*. Já Sátyno e Schettuni (2011) buscam compreender a construção da agenda sobre a política de assistência social no Governo Federal empregando uma abordagem neoinstitucionalista histórica com as teorias sintéticas de múltiplos fluxos (Kingdon, 2003) e do equilíbrio pontuado (Baumgartner e Jones, 1993).

Sobre a contribuição da Sociologia, indicamos como exemplos os trabalhos de Cortes e Drachler (2010) que buscaram analisar os efeitos da desigualdade política sobre a percepção da qualidade dos serviços públicos; Miguel (2011) que fundamenta seu trabalho na sociologia econômica; e Silva e Schmitt (2012) que discutem a política de segurança alimentar e nutricional a partir do neoinstitucionalismo sociológico.

Após a análise dos dados, sugere-se que há uma influência da área de formação dos pesquisadores em relação às teorias com maior incidência, uma vez que em ambas as variáveis, a Ciência Política se sobressaiu. Considerando que os estudos provêm de autores vinculados à programas de pós-graduação em ciência política é natural a influência desta disciplina sobre as pesquisas desenvolvidas no período.

<sup>16</sup> Os trabalhos citados podem ser conferidos no anexo 1 deste trabalho.



## Considerações Finais

No que tange as políticas setoriais, os estudiosos têm centrado suas análises em quatro políticas: saúde, educação, participação e assistência social. O único declínio notável observado no período analisado ocorreu nos estudos sobre participação, a partir de 2005. Dado que esse trabalho buscou apresentar um primeiro panorama sobre como o campo de políticas públicas vem se expandido, não foi objeto de análise os motivos de crescimento e declínio dos principais temas estudados. No entanto, no que se refere ao declínio dos estudos de participação, uma hipótese para a queda dos trabalhos pode ser a abertura de outros GTs específico na ANPOCS no qual os estudos poderiam se identificar, por exemplo, o GT 08 - "Controles democráticos e participação política: atores, instituições, dinâmicas e resultados"<sup>17</sup>, incluído em 2014.

Quanto à área de formação dos autores, há uma preponderância para a Ciência Política e Políticas Públicas, contudo os dados demonstram que estudiosos de outras disciplinas, como Sociologia e Economia, também voltaram seu interesse para o campo de Políticas Públicas, corroborando com o entendimento de Marques e Faria (2013) sobre a dispersão do campo e a sua multidisciplinaridade. O objetivo desse estudo não foi verificar a influência dos novos programas de pós-graduação - mais voltados para a Administração Pública e específicos de Políticas Públicas - sobre a produção da área de políticas públicas e formação dos pesquisadores, porém, de forma preliminar, os dados indicam que os autores ainda encontram-se, majoritariamente, na área de Ciência Política, o que pode explicar a predominância dessa disciplina nos estudos de Políticas Públicas.

No que se refere às abordagens teóricas, prevalecem as da Ciência Política. Estudos com enfoque em teorias sobre o federalismo (vinculados à discussão das relações federativas e seu impacto sobre o processo de políticas públicas). Importa dizer ainda que, apesar de Marques (2013) apontar a perspectiva teórica do neoinstitucionalismo como aquela com maior destaque na literatura nacional, a pesquisa verificou que esta permaneça como um referencial importante, colocando-se em segundo lugar, mas atrás dos estudos sobre federalismo. Estudos estes que, embora classificados na Ciência Política, relacionam-se com as discussões da Administração Pública (sobre aspectos de gestão, principalmente quanto ao financiamento de políticas

---

<sup>17</sup> Desde 2008 já existia um GT específico para trabalhar com controle democrático.

públicas) e da área específica de Políticas Públicas, aplicando-os para compreender o impacto sobre a implementação e os resultados das políticas públicas.

Os dados também indicam que os estudiosos concentram-se na análise de apenas uma das fases do ciclo de políticas públicas, mais especificamente a implementação. De modo geral, poucos autores utilizam-se das teorias sintéticas. Ao contrário, no campo de Políticas Públicas, o destaque são as teorias de participação (discussões sobre modelos de participação na gestão de políticas públicas, tais como conselhos de políticas públicas).

Ressalta-se que esse trabalho trata-se de um primeiro exercício de categorização e busca trazer um panorama sobre as mudanças e avanços ocorridos nos estudos sobre Políticas Públicas. Os resultados auxiliam a elucidar como o campo vem sendo construído e lançam luzes para pesquisas posteriores que queiram aprofundar na temática. Um possível caminho para próximas pesquisas, por exemplo, é analisar quais as abordagens teóricas são utilizadas em conjunto para compreensão do processo de política pública.

## REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T. S. (2003) Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, nº 51, São Paulo, ANPOCS, p. 7-10.
- BAUMGARTNER, Frank R; JONES, Bryan D. (1993). *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- BRASIL, F. (2013). Instituições Participativas e políticas públicas: Uma nova literatura para a agenda de pesquisa. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.
- CORTES, Soraya V. (2013) Sociologia e políticas públicas. In: Marques, E. e Faria, C. A. P. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, p.47-68.
- DeLEON, Peter. (1999). “The Stages Approach to the Policy Process: What has it done? Where is it going?”. In Sabatier (ed.). *Theories of the Policy Process*. Oxford, Westview Press.
- FARAH, Marta F. S. (2013) A contribuição da administração pública para a constituição do campo. In: Marques, E. e Faria, C. A. P. *A Política Pública*

como *Campo Multidisciplinar*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, 2013. p. 91-126.

GLUCKMAN, M. (1963) *Order and rebellion in tribal Africa*. London: Cohen and West.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. (2013) *Políticas Públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

JOHN, Peter. Is there life after policy streams, advocacy coalitions, and punctuations: using evolutionary theory to explain policy change? *The Policy Studies Journal*, v. 31, n. 4, p. 481-498, 2003.

KINGDON, John. (2003) [1984]. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3a. Ed. New York: Harper Collins.

LASSWELL, H. (1936) *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleaveland: Meridian Books.

LASSWELL. H; LEARNER, D. (1951) *The policy Sciences*. Stanford: Stanford University Press.

LEACH, E. R. (1997 [1954]) *Sistemas políticos da alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. São Paulo: Edusp,

LEIRNER, Piero C. (2013) As políticas públicas segundo a antropologia. In: Marques, E. e Faria, C. A. P. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, p.69-89.

LEVI-STRAUS, C. (1974) *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (2013) A política pública como campo multidisciplinar: Introdução. In: Marques, E. e Faria, C. A. P. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, p.7-9.

MARQUES, Eduardo. (2013) As políticas Públicas na Ciência Política. In: Marques, E. e Faria, C. A. P. *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Fiocruz, p. 26-46.

NELSON, Barbara J. (1998) *Public Policy and Administration: An Overview*. In: GOODIN, R. E. e KLINGEMANN, H.-D. (Ed.). *A New Handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press, p.50-96. ISBN 0-19-829471-9.

SABATIER, Paul A. e JENKINS-SMITH, Hank C. (1993) *Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach*. Oxford, Westview Press.

SAHLINS, M. (1990) *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar.

SMITH, Kevin B; LARIMER, Christopher W. (2009) *The Public Policy Theory Primer*. Boulder, CO: Westview Press,

SOUZA, Celina. (2007) Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: Hochman, G.; Arretche, M.; Marques, E. (Orgs). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.65-86.

## ANEXO 1- RELAÇÃO DE PAPERS ANALISADOS

<b>N</b>	<b>ANO</b>	<b>TITULO</b>	<b>AUTOR(ES)</b>
1	2014	Singularidades metodológicas na avaliação de políticas públicas, o caso das políticas industriais lulistas.	Jackson De Toni
2	2014	Descentralização federativa e coordenação intergovernamental: um estudo sobre a integração dos municípios brasileiros ao Sistema Nacional de Transito.	Vera Viviane Schmidt
3	2014	Arranjos intersetoriais no enfrentamento da pobreza: análise da construção da política de segurança alimentar no Brasil.	Adriana Aranha
4	2014	Saúde e contratação indireta de serviços: estratégias municipais de gestão da atenção básica importam?	Vera Schattan P. Coelho, Jane Greve, Marcelo F. Dais, Ana Claudia Pedrosa
5	2014	Modelos de indução Federal em Perspectiva comparada: os casos da saúde e habitação.	Walkiria Zambrzycki Dutra, Paulo Ricardo Diniz Filho
6	2014	Políticas Públicas, comunidade e habitabilidade: um olhar sobre o Projeto Integrado de Urbanização da Comunidade Passo da Pártia no município do Natal-RN/Brasil.	Glenda Dantas Ferreira, Lindjiane de Souza Bento Almeida, Lucas Costa Freire Luzardo, Raquel Maria da Costa Silveira
7	2014	A criação dos fundos de pensão para servidores públicos federais no Brasil.	Maria Chaves Jardim, Sidney Jard
8	2014	A configuração das relações federativas no SUS: desenho institucional e a efetivação dos pactos federativos.	Telma Maria Gonçalves Menicucucci, Alisson Maciel de Faria Marques
9	2012	Formação de agenda na política de assistência social: o papel das conferências como um sistema integrado de participação e deliberação.	Cláudia Feres Faria, Eleonora Schettini M. Cunha
10	2012	Federalismo e Bons Governos: uma análise política da gestão fiscal dos municípios	Clovis Alberto Vieira de Melo, Saulo Souza, Washington Luís de Sousa Bonfim
11	2012	A influência das capacidades municipais nos resultados das políticas de educação e saúde	Daniel Arias Vazquez

12	2012	Políticas Públicas no Nordeste: o impacto das transferências de recursos	Elaine Carvalho de Lima, Érica Priscilla Carvalho de Lima
13	2012	“Quanto Custa Ser Pescador Artesanal ou Quanto Custa uma Política Pública?”	José Colaço Dias Neto
14	2012	O Programa UCA-TOTAL: desafios do modelo brasileiro de inclusão digital pela escola	Lena Lavinias, Alinne Veiga
15	2012	Modernização da Gestão Pública: considerações sobre o dirigente público como um novo ator do aparelho de Estado	Leonardo Queiroz Leite
16	2012	Gestão Pública e Democracia: os conselhos gestores de saúde da Região Metropolitana de Natal-RN	Lindijane de Souza Bento Almeida
17	2012	Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia	Marcelo Kunrath Silva, Claudia Job Schmitt
18	2012	Políticas públicas como processos sociais: imagens, crenças e subsistemas na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul – 2004/2009	Márcio Barcelos
19	2012	Mudanças na política de previdência social na Argentina, Brasil e Chile em contexto de democratização e inserção na economia global	Maria Rita Loureiro
20	2012	Projeto Mulheres da Paz: Um olhar a partir da teoria do reconhecimento	Maria Eduarda Ota
21	2012	O Nível de Governo importa para a Qualidade da Política Pública? a municipalização da Educação Fundamental no Brasil	Ricardo Ceneviva
22	2012	Condicionantes Político-Institucionais da Política de Saneamento Básico no Contexto Federativo: uma avaliação do desempenho da política nos Governos de FHC e de Lula (1995-2009).	Valdemar F. de Araujo Filho, Paulo Augusto Rego, Maria da Piedade Moraes
23	2011	Política de Microcrédito no Governo Lula: a Constituição de um mercado de microfinanças via política pública	Antonia Celene Miguel
24	2011	Implementação: ainda o “elo perdido” da Análise de Políticas Públicas no Brasil?	Carlos Aurélio Pimenta de Faria
25	2011	Estado e ONGs no Combate às Desigualdades: perspectivas dos participantes de projetos sociais	Celi Scalón, Marcelo Castañeda
26	2011	Implementação do PROEJA em Instituições Federais – do discurso à prática	Daniela Gomes Martins Bueno
27	2011	Redes pessoais e acesso a mercados em São Paulo e Salvador	Eduardo Marques, Graziela Castello, Renata M. Bichir

28	2011	Participação-Deliberativa, Novos Atores Coletivos e a Democratização das Políticas Urbanas Federais Pós-80	Flávia de Paula Duque Brasil
29	2011	A Reforma Gerencial nos Países Escandinavos	Juliana Chueri B. Correa, Carlos Barbosa Correa Jr
30	2011	Governança pública: fundamentos teóricos e novas tendências empíricas em nível municipal	Klaus Frey
31	2011	Programa Bairro Escola: o fracasso de uma boa idéia	Lena Lainas, Azuete Fogaça
32	2011	A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: diretrizes e operacionalização	Márcia Schott, Silvia Gerschman
33	2011	O Nó Tributário: porque não se aprova uma reforma tributária no Brasil.	Murilo de Oliveira Junqueira
34	2011	A entrada da Política de Assistência Social na agenda decisória brasileira: o papel das leis e o papel do presidente	Natália Guimarães Duarte Sátyro, Eleonora Martins Cunha Schettini
35	2011	Financiamento e Processos Decisórios: em busca das determinantes da política de desenvolvimento urbano no Brasil	Raquel Rolnik, Danielle Klintowitz, Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini
36	2011	Burocracias, Gerentes e suas "Historias de Implementação": narrativas do sucesso e fracasso de programas federais	Roberto Rocha C. Pires
37	2011	Entre tribofes e bilontragens: descrições de um tipo brasileiro nas revistas de Arthur Azevedo	Tatiana Oliveira Siciliano
38	2011	Regime de Metas Educacionais e a Efetividade do Direito de Aprender dos Alunos do Nordeste Brasileiro	Washington Bonfim, Andrea Fialho
39	2010	Transformando Idéias em Ação: o Papel dos Empreendedores de Políticas Públicas	Ana Cláudia Niedhardt Capella
40	2010	Análise de Políticas Públicas de Promoção de Atividades Produtivas no Setor Rural: impactos sobre a pobreza e desafios do Programa Minas Sem Fome	Ana Paula Salej
41	2010	Voto, dinâmica eleitoral e gasto social: uma análise comparativa de programas nas áreas de educação e saúde na esfera estadual	Alvino Oliveira Sanches Filho, André Borges de Carvalho
42	2010	Mecanismos Institucionais de Regulação Federal e seus Resultados nas Políticas de Educação e Saúde	Daniel Arias Vazquez
43	2010	Relações Intergovernamentais e Coordenação de Políticas Sociais: eficácia e contenção do poder no desenho dos incentivos financeiros federais	José Ângelo Machado
44	2010	Segurança pública e participação social em Belo	Leticia Godinho,

		Horizonte: que políticas “funcionam” e por quê?	Betânia Peixoto
45	2010	Federalismo e Democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana	Marta Arretche
46	2010	Descentralização e Instituições: uma promissora agenda de pesquisa.	Pedro Cavalcante
47	2010	Desenhos institucionais e estratégias locais: a implementação do Programa Bolsa Família em Salvador	Renata Bichir
48	2010	Desafio da Ação Coletiva e Relações Intergovernamentais: um análise do novo arranjo institucional de gestão da região metropolitana de Belo Horizonte	Ricardo Carneiro, Breno Longobucco, Flávia Duque Brasil
49	2010	Desigualdades Políticas e Educacionais e Percepções sobre a Qualidade os Serviços Públicos nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo – 2007	Soraya Vargas Cortes, Maria de Lourdes Drachler
50	2010	Mobilização social e agenda: evolução da rede de atores e projetos relacionados à política de segurança pública no país	Thais Pavez, Demétrio Gaspari Cirne de Toledo, Renata da Rocha Gonçalves
51	2010	Reguladores, regulados e consumidores: Estudo de caso sobre a Aneel	Thiago Sampaio
52	2009	Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses	André Borges
53	2009	Assessing Decentralization of Social Policies in Brazil: Insights from Performance in Education	Christina W. Andrews, Michiel S. de Vries
54	2009	Federalismo, descentralização e o novo arranjo institucional da política de assistência social: lidando com problemas de coordenação e autonomia	Bruno Lazzarotti Diniz Costa, Pedro Lucas de Moura Palotti
55	2009	Significados e Tendências das Relação Intergovernamentais na Espanha: uma abordagem comparada	Carlos Vasconcelos Rocha
56	2009	Federalismo e políticas públicas: uma relação de reciprocidade no tempo	Cibele Franzese, Fernando Luiz Abrucio
57	2009	Federalismo e articulação intergovernamental: os Conselhos de Secretários Estaduais	Hironobu Sano
58	2009	Processo Decisório, Judiciário e Políticas Públicas: Levando a decisão judicial a sério	Leandro Molhano Ribeiro, Diego Werneck Arguelhes, Vítor de Moraes Peixoto
59	2009	O Desenho Insulatório e do desempenho das agências reguladoras brasileiras	Mariana Batista da Silva



60	2009	Programa Seguro Desemprego: o desafio para equilibrar proteção social e eficiência econômica	Moisés Villamil Balestro, Danilo Nolasco, Raquel Koyanagi
61	2009	Relações intergovernamentais e a participação das emendas parlamentares no orçamento federal da saúde no período de 2004 a 2007.	Tatiana Vargas de Faria Baptista, Márcia Garcia, Luciana Dias de Lima, Cristiani Vieira Machado, Carla Lourenço Tavares Andrade
62	2008	A Linguagem da Política Ambiental: sementes GM e o discurso da precaução no Brasil	Cristiano Luis Lenzi
63	2008	A difusão do programa bolsa escola: competição política e inovação no setor social	Denilson Bandeira Coêlho
64	2008	Conflitos corporativos como fator decisivo na sustentação política de um projeto reformista: o caso da "saúde da família".	Fernando C. Michelotti
65	2008	Agentes de Implementação e a Mediação das Políticas Públicas: entre dinâmicas e estruturas relacionais	Gabriela Lotta, Thais Pavez
66	2008	Pacto de Gestão na Saúde: até onde esperar uma "regionalização solidária e cooperativa"?	José Angelo Machado
67	2008	"Good governance" e o combate à pobreza como estratégias de desenvolvimento sustentável dos países do hemisfério sul?	Klaus Frey
68	2008	COQ3: um framework de análise de políticas públicas	Leonardo Secchi
69	2008	Cooperação Internacional e políticas de ação afirmativa no Brasil: o papel da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)	Fernando Pires-Alves, Marcos Chor Maio, Carlos Henrique Paiva
70	2008	Accountability e Atuação de Grupos de Interesse no Processo Regulatório Brasileiro: o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Mariana Batista da Silva, Geovanes Pereira das Neves Filho
71	2008	O Corporativismo e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: O Estado e a Intermediação de interesses entre Agricultores Familiares e Produtores de Biodiesel	Paula Maciel Pedroti
72	2008	Novas experiências nas políticas de combate à pobreza: os programas de transferência de renda em São Paulo	Renata Mirandola Bichir

73	2008	Estilos de Implementação e Resultados de Políticas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil	Roberto Rocha C. Pires
74	2008	As políticas de privatização de empresas no Brasil e na Argentina	Thaís Moura Leite Mantovani
75	2007	A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos	Ana Luiza Müller, Marcelo Kunrath Silva, Sergio Schneider
76	2007	Governo estadual, dinâmica político-eleitoral e gasto social: o caso da Secretaria de Educação do Estado da Bahia	André Borges
77	2007	Cooperação intergovernamental em programas e projetos: análise de convênios a partir de dois municípios paulistas	Cibele Franzese
78	2007	Redes Pessoais e Pobreza: considerações preliminares para as políticas públicas	Eduardo Marques, Renata Bichir, Thaís Pavez, Miranda Zoppi, Encarnación Moya e Igor Pantoja
79	2007	A Continuidade das Políticas Públicas e o Ministério Público na Efetivação do Direito à Saúde	Felipe Dutra Asensi, Roseni Pinheiro
80	2007	O biodiesel na matriz energética: a tecnologia e novos problemas no semiárido	Francisco Correia de Oliveira, Agostinho Lopes Venâncio
81	2007	Federalismo, governo local e políticas sociais no Brasil a partir dos anos 1990	Leandro Molhano Ribeiro
82	2007	Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis	Mario Procopiuck, Klaus Frey
83	2007	A influência dos conselhos locais na gestão do Programa Bolsa Família nos pequenos municípios brasileiros	Mário Vinicius Claussen Spinelli, Bruno Lazzarotti Diniz Costa
84	2007	Representação Territorial e Poder de Veto: examinando a agenda federativa brasileira	Marta Arretche
85	2007	Continuidade e mudança: comparação entre as trajetórias das políticas de segurança alimentar de Belo Horizonte e Santos	Moisés Machado, Telma Maria Gonçalves Menicucci
86	2007	Agricultores Pobres e Acesso ao PRONAF: a importância dos arranjos institucionais na intermediação da política pública	Mônica Schröder, Inês Cabanilha de Souza
87	2007	Indução Estadual e Cooperação Intermunicipal em Minas Gerais	Paulo Ricardo Diniz Filho

88	2007	Normas federais e papel de conselhos municipais no contexto das políticas públicas setoriais: um estudo comparativo na Região Metropolitana de Porto Alegre	Soraya Vargas Cortes
89	2007	Entre a Aprendizagem e a Imitação: isomorfismos institucionais na difusão de políticas públicas	Vanuccio Medeiros Pimentel
90	2006	A Matriz Institucional e Dimensão Temporal do Conselho Monetário Nacional	Paulo Du Pin Calmon, Rafael Silveira e Silva
91	2006	O fenômeno das Pessoas com Deficiência na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH: considerações acerca de suas dimensões sócio-espaciais e políticas	Ricardo Carneiro, José Moreira de Souza
92	2006	Partidos Políticos, Ideologia e Política Social na América Latina - 1980-1999	Cristiane C. Batista Santos
93	2006	Conselhos estaduais e a cooperação horizontal no federalismo brasileiro: o caso do Consad	Hironobu Sano
94	2006	Requalificação Urbana e Estatuto da Cidade: Novas Soluções para o Velho Problema das Favelas	Linda M. P. Gondim
95	2006	Gestão da Política de Saúde no Município: Autonomia e Dependência de Trajetória	Luciana Leite Lima
96	2006	Participação em Saúde: do que estamos falando?	Maria Lucia Werneck Vianna, Maria de Lourdes Cavalcanti, Ludmila Antunes, Isabel Mansur, Marta Cabral, Fabiana Faria, Julia Polessa, Fabiana Dutra
97	2006	A Consolidação do Regime de Segurados Especiais Rurais e o Tensionamento do Paradigma Previdenciário Hegemônico no Brasil	Rômulo Soares Barbosa
98	2006	Políticas públicas de formação para o trabalho para jovens em São Paulo ( Brasil) e Berlim ( Alemanha)	Rogério Adolfo de Moura
99	2006	Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea	Sônia M. Draibe
100	2006	Novos Modelos Previdenciários na América Latina: Lições da Experiência Argentina	Sidney Jard da Silva
101	2006	A Política Fiscal dos Estados Face à Regra de Geração de Superávit Primário	Saulo Santos de Souza
102	2006	Regras, ideologia partidária e escolhas dos eleitores: um balanço sobre o comportamento fiscal dos municípios paulistas	Daniel Arias Vazquez, William Silva Santos

103	2005	Política estadual, escopo do conflito político e escolha institucional: reformando a gestão escolar no Brasil	André Borges
104	2005	Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas	Ana Cláudia Niedhardt Capella
105	2005	A experiência de participação dos cidadãos na gestão pública na cidade de Montevidéu	Alfredo Alejandro Gugliano
106	2005	Distribuição espacial do gasto público no município de São Paulo: partidos fazem diferença?	Marta Arretche, Daniel Arias Vazquez
107	2005	O "princípio participativo" na formulação de políticas públicas locais: análise comparativa de experiências europeias e latino-americanas	Carlos R. S. Milani
108	2005	Intersetorialidade e resiliência institucional na gestão da política social: as recentes reformas administrativas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Carlos Alberto de Vasconcelos Rocha, Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Cristina Almeida Cunha Filgueiras
109	2005	Participação política na gestão pública estadual: a experiência de Pernambuco e do Rio Grande do Sul	Denilson Bandeira Coêlho
110	2005	Redes de políticas públicas e sua análise	Klaus Frey; Manoel Camillo Penna; Sérgio Czajkowski Jr
111	2003	The Effects of Capital Mobility, Trade Openness, and Democracy On Social Spending in Latin America, 1980-1999	George Avelino, David S. Brown, Wendy Hunter
112	2003	As Policy Sciences como "ciência": método e reificação	Christina W. Andrews
113	2003	"Estado da Arte" da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais Tipologias	Celina Souza
114	2003	A avaliação de políticas públicas como instrumento de planejamento: os casos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Brasil, e do Sistema de Medición de la Calidad de la Educacion (SIMCE), do Chile	Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Cristina Almeida Cunha Filgueiras
115	2003	A dinâmica política da descentralização mexicana - o caso da política pública de saúde (de 1984 a 2000)	Fabiana da C. Saddi
116	2003	A Ação Político-Partidária nas Administrações Municipais e seus Reflexos sobre os Gastos Públicos em Santa Catarina	Gilmar Rodrigues
117	2003	Taxação, Capacidades Estatais e Governabilidade: comparando Índia e Brasil	Aaron Schneider, Marta Arretche
118	2003	O Aprofundamento da Democracia no Brasil: tendências, conflitos e dinâmica recente	Washington Luís de Sousa Bonfim

119	2002	Avaliação do Impacto do Piso Assistencial Básico (PAB) na Saúde: uma análise de mudança na estrutura dos serviços básicos no período antes X depois de sua implementação	Nilson do Rosário Costa, Luiz Felipe Pinto
120	2002	Coalizões Políticas Estaduais e Ajuste Fiscal	Celina Souza
121	2002	Entre Ajuste Fiscal e Mudança Institucional: explicando a falha seqüencial nas políticas de reforma administrativa.	Flávio da Cunha Rezende
122	2002	Incrementalismo, Negociação e Accountability: análise preliminar das reformas fiscais no Brasil	Maria Rita Loureiro, Fernando Luiz Abrucio
123	2002	Condicionantes Locais da Descentralização das Políticas de Saúde	Eduardo Marques, Marta Arretche
124	2002	Descentralização, Municipalismo e Elites Locais	Maria Teresa Miceli Kerbauy
125	2002	Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities	Soraya M. Vargas Cortes
126	2002	Política e Gestão Municipal nas grandes cidades brasileiras. Um Estudo da Rota trilhada por Recife e Salvador ( 1986 – 2000)	Antônio Sérgio Araújo Fernandes
127	2002	Descentralização, Participação e Esfera Pública: reflexões sobre a literatura a partir do caso de Teresina, Piauí	Washington Luís de Sousa Bonfim